

A África na Encruzilhada

Tempo de agir

A África encontra-se em uma encruzilhada. Apesar dos esforços de desenvolvimento das últimas duas décadas, os africanos estão ficando mais pobres. Mais de 300 milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1 dólar por dia. A expectativa de vida é de 48 anos e este número vem caindo. Vinte e oito milhões de pessoas estão vivendo com o vírus HIV/AIDS e 40 por cento das crianças estão fora da escola. A responsabilidade por esta crise encontra-se dentro e fora do continente. Existe claramente a falta de uma governança responsável nos níveis nacional, regional e global. Somente com o fim da abordagem "os negócios como sempre" em relação à África é que a situação poderia mudar.

Contudo, apesar destes problemas, ainda existe esperança. A força crescente da sociedade civil africana, juntamente com os esforços de alguns líderes africanos para se estabelecer um novo caminho, oferecem uma chance real de se combater as causas profundas da pobreza e dos conflitos. Os líderes africanos estão trabalhando com o G-8 para definir um novo plano para a África. Isto deve incluir uma ação intensa para resolver conflitos e enfrentar a governança de má qualidade,

assim como apoio extra para ajuda humanitária, comércio e redução da dívida externa àqueles países comprometidos com a redução da pobreza e com a boa governança. O desafio da África não é ficar imaginando o que fazer mas promover o desejo de se fazer.

Sumário

A África encontra-se atualmente em uma encruzilhada. A escala de pobreza e sofrimento no continente é desalentadora. Trezentos milhões de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia. A expectativa de vida é de 48 anos e este número vem caindo. Mais de um terço de todas as crianças estão desnutridas e mais de 40 por cento não possuem acesso à educação. Vinte e oito milhões de pessoas vivem com o vírus HIV/AIDS e, para mais de 100 milhões de pessoas, a guerra faz parte de suas vidas diárias.

Contudo, apesar desta terrível estatística, existem motivos para otimismo. A expansão da democracia e a força crescente da sociedade civil, juntamente com os esforços de alguns líderes africanos para se estabelecer um novo caminho, oferecem uma chance real de se combater as causas profundas da pobreza e dos conflitos.

A crise que a África enfrenta atualmente é resultado de insucessos em todos os níveis, tanto dentro como fora da África. A África precisa de uma governança responsável que trabalhe em prol dos interesses dos pobres, nos níveis nacional, regional e internacional. O comércio global, os investimentos e as negociações diplomáticas têm atuado demasiadamente contra os interesses dos pobres.

Outros fatores que estão por trás da crise incluem:

- O crescimento de economias de guerra. A exploração aética dos recursos naturais é uma importante e cada vez mais freqüente causa de conflito, com resultados desastrosos para as comunidades locais. Os conflitos afetam uma em cada cinco pessoas que vivem na África.
- A cultura de impunidade. O respeito aos direitos humanos e as regras da lei, essencial para uma paz duradoura e desenvolvimento de longo prazo, encontra-se ausente em diversas partes da África. A justiça é freqüentemente esquiva ou não-existente.
- A corrupção e o suborno. A corrupção enriquece poucas pessoas e empobrece muitas. Ela representa um fardo insuportável para as pessoas mais vulneráveis e bloqueia o avanço na redução da pobreza.
- Vírus HIV/AIDS. A pandemia é uma grande tragédia humana, com grandes conseqüências econômicas e políticas. O vírus HIV/AIDS é possivelmente a maior ameaça que a África enfrenta atualmente.
- Apoio internacional inadequado. Apesar da dimensão da crise, a assistência externa é menor do que nunca. A ajuda está declinando, as regras comerciais são desonestas e a redução na dívida externa não tem sido profunda o suficiente.

É moralmente indefensável que milhões de pessoas, cujas vidas são uma luta diária, sejam ignoradas. Além disto, em um mundo de crescente interdependência e instabilidade, é de interesse dos líderes do hemisfério norte ajudar a encontrar soluções para os problemas da África. Se os

problemas se alastrarem, a pobreza, os conflitos e as doenças irão no final minar a prosperidade e a segurança globais.

Esforços recentes de líderes africanos e líderes do G-8 de trabalhar em conjunto para combater estes problemas oferecem finalmente novas oportunidades para se superar os insucessos e desenvolver uma nova base de parceria com a África. Líderes africanos têm assumido a iniciativa ao desenvolver sua própria "Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano" (NEPAD, em inglês). Embora ainda seja necessário haver muito mais consultas junto à sociedade, este é um começo positivo. A comunidade internacional precisa aproveitar esta oportunidade e comprometer-se com ações concretas que irão apoiar a paz e o desenvolvimento duradouro.

Algumas das mudanças que a Oxfam acredita que são necessárias para realizar avanços e estimular o debate estão apresentadas abaixo. Não existe uma solução "tamanho único para todos" para a crise da África.

É necessário adotar imediatamente medidas para se combater o conflito, através de uma ação diplomática conjunta, e oferecer assistência humanitária à população afetada. Estes esforços precisarão levar em conta as causas subjacentes dos conflitos, incluindo questões como a extração de recursos naturais. Ao mesmo tempo, deve ser oferecido também um apoio muito mais generoso àqueles países não envolvidos diretamente no conflito, que estão adotando uma ação positiva para reduzir a pobreza e fortalecer a governança com a participação da sociedade civil.

Encontrar soluções sustentáveis para a gravidade dos problemas que a África enfrenta hoje em dia dependerá da habilidade de se avançar nestas duas estratégias simultaneamente.

Recomendações

- 1. Melhorar a governança através de uma parceria verdadeira entre os cidadãos africanos, seus governos e a comunidade internacional.**
 - Os líderes africanos devem garantir uma governança autêntica, participativa e inclusiva através do engajamento com a sociedade civil sobre metas, estratégias e monitoramento da NEPAD, desenvolvimento da União Africana e planos de desenvolvimento nacional.
 - Os governos do hemisfério norte e da África devem combater a corrupção e o suborno através da adoção da Convenção da OCDE de 1998 sobre suborno e a rápida instituição e ratificação da convenção da ONU sobre corrupção, atualmente em desenvolvimento.
 - Os governos africanos devem abordar as questões sobre abusos dos direitos humanos e a cultura disseminada de impunidade através da ratificação da Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos e da garantia de que ela esteja funcionando dentro dos próximos dois anos.
- 2. Acabar com o comércio na exploração ilegal e aética de recursos naturais.**
 - Definir um protocolo ou convenção da ONU sobre a conduta de negócios, baseados na versão preliminar de Princípios de Direitos Humanos Fundamentais para Empresas redigida pela Subcomissão da

ONU de Promoção e Proteção de Direitos Humanos. Estes princípios devem ser a base de um sistema regulador internacional que seja compulsório para os Estados e empresas.

- Implementar as Orientações da OCDE para Empresas Multinacionais e garantir que os Pontos de Contato Nacional designados recebam um maior destaque, com poderes para monitorar e garantir obediência. O desejo de uma companhia de implementar as orientações da OCDE deveria ser uma condição de elegibilidade para todas as garantias e créditos de exportação por parte de governos do hemisfério norte.
- 3. Reduzir o conflito na África e evitar que as armas cheguem nas mãos daqueles que fazem uso abusivo delas.**
- O G-8 e líderes africanos devem definir um plano de ação para esforços diplomáticos intensos para se resolver os conflitos em Angola, Sudão, República Democrática do Congo e região da Bacia do Rio Mano (Serra Leoa, Libéria e República da Guiné).
 - Definir um Tratado Internacional sobre Comércio de Armas para regular o seu comércio, de modo que os armamentos não sejam transferidos para locais onde eles poderiam ser usados aproveitando-se das lacunas das leis humanitárias internacionais e direitos humanos, ou para locais onde estes armamentos poderiam minar o desenvolvimento sustentável.
- 4. Aumentar a ajuda à África, especialmente para educação e redução da dívida externa.**
- O G-8 e os líderes africanos devem demonstrar a efetividade da ajuda humanitária e forte parceria através de investimentos em educação; os doadores devem aumentar os gastos em educação para US\$ 4 bilhões ao ano, para preencher as lacunas financeiras em países que tiverem desenvolvido planos consistentes para educação.
 - Para alcançar todas as Metas de Desenvolvimento do Milênio, os governos do hemisfério norte devem aumentar seus orçamentos de ajuda humanitária para a África para \$40 bilhões a cada ano. Isto é o equivalente a aproximadamente seis semanas de subsídio a produtores rurais dos países da OCDE.
 - Os credores devem ampliar a redução da dívida externa sob a Iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados) para garantir que os pagamentos da dívida externa não prejudiquem o financiamento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e que nenhum governo destine mais do que 10 por cento da receita para o serviço da dívida.
- 5. Declarar "Guerra à AIDS" através de um aumento imediato dos fundos.**
- Comprometimento integral para financiar o Fundo Global de \$10 bilhões para Lutar contra a AIDS, tuberculose e malária e garantir que o fundo utilize os medicamentos disponíveis mais baratos e de boa qualidade, incluindo os medicamentos genéricos.

- A comunidade de doadores e governos africanos devem garantir que a questão do vírus HIV/AIDS seja considerada em todos os programas de desenvolvimento, e tornar disponível um financiamento adequado para esta questão nos orçamentos de ajuda.

6. Melhorar os termos de comércio para a África.

- Os governos do hemisfério norte devem abrir seus mercados a todos os produtos vindos de países africanos. Eles devem definir um cronograma para banir os subsídios à exportação e reestruturar todos os subsídios agrícolas para se alcançar objetivos sociais e ambientais em vez de uma maior produção.
- O uso de condições vinculadas a programas do FMI / Banco Mundial, que força os países pobres a liberalizar seus mercados rapidamente, independentemente do impacto sobre as pessoas que vivem na pobreza, deve ser extinto.
- Deve ser dado apoio a uma nova instituição internacional de commodities para se combater a crise dos preços de commodities através da promoção da diversificação e gerenciamento da super-oferta de produtos.

África: a escala da crise

*África minha África ...
Eu nunca conheci você
Mas seu sangue corre em minhas veias
Seu belo sangue negro que irriga os campos
O sangue de seu suor
O suor de seu trabalho
O trabalho de sua escravidão
A escravidão de suas crianças.*

*África, diga-me África
É esta você, com estas costas inclinadas
Estas costas que se curvam sob o peso da humilhação
Estas costas trêmulas com cicatrizes vermelhas.*

Extraído de 'África' de David Diop, Senegal

Existe uma crise na África Sub-saariana, e ela afeta 600 milhões de pessoas. As estatísticas são escandalosas. Quase metade da população vive com menos de US\$ 1 por dia.¹ A vasta maioria das pessoas que vivem em extrema pobreza são mulheres e crianças. Se a tendência atual permanecer, o número de africanos vivendo abaixo da linha de pobreza irá aumentar para mais 219 milhões até 2015. Um cidadão africano atualmente tem a expectativa de viver apenas 48 anos. A tendência da expectativa de vida para os africanos tem se reduzido rapidamente enquanto ela vem crescendo em quase todos os outros continentes do mundo.

As melhorias na área de saúde e educação têm sido mínimas. Mais de um terço das crianças estão desnutridas. Em 1990, a região era responsável por menos de um terço das mortes infantis no mundo todo; até 2015, estima-se que estes dados irão chegar a 55 por cento. A infra-estrutura da saúde é inadequada. As mulheres enfrentam o risco de 1 para 13 de morrer no parto, comparando-se com um risco de 1 em 4.085 em países industrializados. Embora haja sérios problemas para se medir as tendências da mortalidade materna, as evidências sugerem que tem havido poucas mudanças desde a década de 1990. O peso das doenças tradicionais, tais como a malária e tuberculose, continua a causar um enorme número de baixas. Todos os anos mais de um milhão de pessoas, a maior parte crianças, morrem de malária. Estima-se que a malária tem reduzido o crescimento econômico na África em até 1.3 por cento a cada ano –

uma perda de aproximadamente US\$ 100 bilhões durante os últimos 35 anos.²

As tendências na educação espelham as tendências da saúde. Mais de 40 por cento das crianças não possuem acesso à educação primária. O Banco Mundial estima que pelo menos 32 países – sendo dois terços deles pertencentes à África sub-Saariana – provavelmente não conseguirão alcançar a meta de 2015 de colocar todas as crianças na escola. As taxas de matrícula na verdade caíram em 17 países africanos durante a década de 1990.

Crises humanitárias e conflitos violentos balançam o continente. A guerra faz parte da vida diária de mais de 100 milhões de pessoas, sendo a maioria delas mulheres e crianças. Quarenta por cento dos conflitos armados no mundo ocorrem na África sub-Saariana – a única região em que a tendência de conflitos armados tem crescido nos últimos 10-20 anos. As pessoas afetadas vivem em constante ameaça de insegurança, influxo de refugiados, tráfico ilegal entre fronteiras de armas, drogas e outras mercadorias que alimentam estas guerras e a pandemia de AIDS que floresce em ambientes instáveis. O Quênia, a Tanzânia e a Zâmbia, por exemplo, hospedam grandes populações de refugiados devido a conflitos e têm sofrido o impacto dos conflitos, embora eles próprios não estejam diretamente envolvidos.

Os conflitos têm aprofundado a desigualdade: muitos sofrem enquanto poucos beneficiam-se. Isto alimenta a expansão do vírus HIV através dos movimentos populacionais e o uso do estupro como um instrumento de guerra. Esta situação era evidente em Ruanda, onde a migração e o estupro resultantes do genocídio levaram a um aumento de seis vezes na contaminação pelo vírus HIV.³ Na ausência de uma governança responsável, as pessoas se voltam para a violência em busca de seus meios de subsistência alternativos ou são induzidas a lutar por "justiça" em face da impunidade, então acendendo um novo ciclo de violência.

Os economistas esperavam que a África sub-Saariana iria se beneficiar de oportunidades trazidas pela globalização. Contudo, como o Banco Mundial e o Departamento para Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) têm reconhecido, os benefícios da globalização não estão sendo repassados para a África.⁴ A participação da África no comércio mundial caiu de mais de 3 por cento em 1950 para 1.2 por cento (excluindo a África do Sul) em meados da década de 1990. A África atrai apenas 0.9 por cento do investimento mundial, sendo que a maior parte dirige-se a áreas ricas em minerais. Em vez de providenciar as respostas para os males da África, a globalização pode ter aprofundado os problemas através de

regras comerciais desonestas, investimentos inapropriados e preços de commodities em forte queda. Muitos governos africanos agora acreditam que não têm poder para controlar as dinâmicas econômicas em seus próprios países, porque as alavancas da governança econômica e política possuem uma dimensão internacional e estão fora de seu controle. Os padrões médios de vida têm crescido em todos os lugares do mundo menos na África, onde eles caíram em cerca de 20 por cento durante o mesmo período. A África parece estar nadando contra a corrente das forças poderosas que estão dirigindo o comércio mundial e a globalização.

Grandes fluxos de investimentos éticos e comércio ilegal de minerais, recursos naturais e armas não têm sido registrados ou regulados. Para milhões de africanos, a base de recursos naturais abundantes pode parecer mais um castigo do que uma bênção. Os investimentos e o comércio das indústrias extrativas na República Democrática do Congo, Serra Leoa, Angola e Sudão têm gerado economias de guerra que beneficiam companhias internacionais ou elites políticas armadas e ao mesmo tempo prejudica o crescimento econômico de longo prazo.

Com o aumento dos conflitos vem o aumento do número de armas. Cem milhões de armas de pequeno porte, um quinto do total mundial, estão circulando na África. No período entre 1979 e 1989, as grandes potências centrais transferiram US\$ 60 bilhões em armamentos para a África. As duas regiões mais pobres do mundo – África e sul da Ásia – presenciaram o maior aumento em compras de armas desde 1998. Apesar disso, muitos conflitos (tais como no norte de Uganda) não são estimulados pelo comércio de armas modernas mas por armamentos antigos do hemisfério norte que entram pelas fronteiras através do comércio em pequena escala. Outros conflitos, tais como no Sudão, são estimulados por novos fornecimentos de fora da África, incluindo novos equipamentos (tais como os mísseis superfície-superfície que foram relatados).

Apesar de todos estes problemas, as pessoas da África demonstram esperança. Em um continente rico em recursos humanos e naturais, a diversidade de suas pessoas e culturas, combinada com seu incrível ambiente natural, tornam a África um lugar excepcional. Em todo o continente as pessoas comuns mostram um grande comprometimento com o desenvolvimento e a democracia. O apartheid na África do Sul terminou pacificamente, a democracia foi restaurada na Nigéria e líderes que se perpetuavam há muito tempo cederam o poder pacificamente em eleições democráticas em Gana e no Senegal. É a coragem e a habilidade dos africanos que precisam ser aproveitadas para impulsionar a mudança.

Tendências alarmantes

Com mais de 40 anos de experiência trabalhando na África, a Oxfam está cada vez mais preocupada com a situação atual no continente. Muitos outros compartilham desta preocupação e participam de um rico e animado debate sobre o futuro da África. A análise preliminar contida neste artigo não é de maneira alguma exaustiva, nem oferece todas as soluções. Ela visa estimular ainda mais o debate sobre a África, recomendar um conjunto de ações e subsidiar iniciativas que olhem de maneira mais próxima os problemas da África e as possíveis soluções.

Durante seminários recentes na região do Chifre da África, África Central e oeste da África, funcionários da Oxfam, organizações parceiras e especialistas convidados debateram um conjunto de questões que afetam o continente. As conclusões preliminares são as de que o progresso é variado na África e de que em geral ele não tem sido suficiente. O nível atual de sofrimento indica que existe algo fundamentalmente errado com o modo pelo qual a África se encaixa na nova ordem mundial.

A análise destacou algumas tendências alarmantes:

- O crescimento de economias de guerra: a exploração aética dos recursos naturais da África é uma grande e cada vez maior causa de conflitos, com resultados desastrosos para as comunidades locais. Os conflitos atualmente afetam uma em cada cinco pessoas que vivem na África.
- Uma cultura de impunidade: o respeito pelos direitos humanos e as regras da lei, essenciais para uma paz duradoura e um desenvolvimento humano de longo prazo, estão ausentes em diversas partes da África. A justiça é freqüentemente esquiva ou não-existente.
- Corrupção e suborno: a corrupção enriquece poucos e empobrece muitos. Ela representa um fardo insustentável na vida das pessoas mais vulneráveis e bloqueia o progresso em direção à redução da pobreza.
- Pandemia do vírus HIV/AIDS: O vírus HIV/AIDS é uma grande tragédia humana, com diversas conseqüências econômicas e políticas. Esta é possivelmente a maior ameaça que a África enfrenta hoje em dia.
- Apoio internacional inadequado: apesar da escala da crise, a assistência é menor do que nunca. A ajuda está declinando, as regras comerciais são desonestas e a redução da dívida externa não tem sido grande o suficiente.

Nem todos os países africanos estão sujeitos a todas estas tendências, nem são eles afetados na mesma intensidade. E existem outros numerosos problemas na África que este relatório não aborda, tais como a natureza complexa da etnia, exclusão social, questões agrárias, a fome recorrente, urbanização e impactos ambientais. Porém, tem se tornado cada vez mais claro durante a última década que as tendências identificadas acima estão afetando uma grande maioria de pessoas, e que seus efeitos são muito amplos e devastadores.

O crescimento nas economias de guerra

As causas dos conflitos na África são complexas e diversas. Além disto, não é mais correto fazer distinções entre conflitos inter-Estado e intra-Estado ou entre guerras locais, nacionais e internacionais. Porém, o controle sobre os recursos naturais abundantes do continente é um fator significativo e crescente que está por trás dos conflitos na África atualmente. As economias de guerra são gerenciadas de tal forma que elas mantêm ou prolongam os conflitos armados. Na República Democrática do Congo (RDC), Serra Leoa, Sudão e Angola, os conflitos estão cada vez mais sendo atribuídos a lutas pelo controle de recursos naturais e dirigidos por interesses privados. As atividades aécticas, e freqüentemente ilegais, de companhias locais e internacionais que extraem commodities como o petróleo, diamantes, madeira e coltan⁵ estão alimentando estas guerras.

A guerra na RDC é um claro exemplo. Um Painel da ONU de Especialistas indicado para avaliar as implicações da exploração de recursos naturais na RDC concluiu em novembro de 2001 que havia uma conexão direta entre o conflito, e o conseqüente desastre humanitário, e os interesses estrangeiros envolvidos na exploração de recursos naturais.⁶ Existe uma história similar no Sudão. Os civis encontram-se presos a um conflito complexo e de longa duração, que se complicou ainda mais nos últimos anos devido ao petróleo. Relatórios sugerem claramente que a presença de companhias petrolíferas internacionais está alimentando a guerra no Sudão.⁷

As conexões da África sub-Saariana com a economia global estão baseadas principalmente na exportação de recursos naturais. Seu papel no sistema comercial internacional é em grande parte como um fornecedor de commodities e recursos naturais valiosos, tais como diamantes, coltan e petróleo. Em alguns casos, os problemas são causados pela falta de legitimidade e responsabilidade dos governos. Em outros, as companhias estão engajadas em relações comerciais com indivíduos armados que, na ausência de uma autoridade forte

central, lutam pelo controle de áreas ricas em recursos. Na ausência de um sistema de regulação internacional transparente e efetivo, muitas operações comerciais estrangeiras são capazes de conduzir os negócios sem atenção às populações locais ou à sustentabilidade ecológica.⁸

Os efeitos do conflito nas comunidades locais são desastrosos. Mais de 100 milhões de africanos são afetados por conflitos violentos atualmente. Dez milhões destas pessoas estão internamente desalojadas.⁹ Isto tem tido um impacto desproporcional sobre as mulheres e crianças, que representam mais de 90 por cento das pessoas desalojadas. Como a situação no Sudão ilustra, quando existem civis no caminho – por exemplo aqueles vivendo em áreas de extração de petróleo – comunidades inteiras são simplesmente removidas, levando a violações sistemáticas de direitos humanos e desalojamentos em massa.¹⁰

Na maioria dos casos, a exploração de petróleo, gás e recursos minerais tem um impacto negativo em economias locais em vez de oferecer apoio ao desenvolvimento de longo prazo.¹¹ Isto por sua vez contribui para a proliferação de economias de guerra e para o aumento de práticas corruptas. Em Angola, segundo país maior produtor petrolífero da África sub-Saariana, o FMI estimou que as exportações de petróleo bruto foram de US\$ 4.6 bilhões em 1999. Ainda assim, nove milhões de pessoas, cerca de 70 por cento da população, vivem em absoluta pobreza. Mais de 3.7 milhões de pessoas estão desalojadas e passando fome extrema. A UNICEF descreve Angola como o pior lugar no mundo para uma criança viver. A Nigéria, maior produtor de petróleo da África, exportou mais de US\$ 17 bilhões em 2001 e mesmo assim a cada ano um milhão de crianças morrem de doenças que poderiam ser evitadas, 36 por cento estão desnutridas e 43 por cento dos adultos são analfabetos. A região do Delta do Níger tem sido destruída por violentos conflitos e pela devastação ambiental.

A dinâmica do número destes conflitos tem ultrapassado as fronteiras e criado conflitos regionais maiores, tais como na África Central ou na região dos países do rio Mano. Nos últimos anos alguns estados africanos têm buscado novas fontes de renda nos estados vizinhos "falidos" ou que estão falindo, através de negócios militares-comerciais conjuntos. Estas intervenções estrangeiras podem ser realizadas sob pretexto de defesa regional ou segurança nacional. Isto tem sido evidente no envolvimento do Zimbábue com a guerra da RDC, considerado por muitos observadores um exemplo claro de "comércio militar".¹² Sob o esquema de fornecimento de segurança coletiva da Comunidade para o Desenvolvimento do Sul da África (SADC), o Zimbábue enviou tropas ao Congo. Seus líderes militares

posteriormente uniram-se ao setor privado e ao governo do Zimbábue para lucrar com a exploração de diamantes e madeira. Uma companhia recém-estabelecida, a SOCEBO, inclui membros sêniores do partido ZANU-PF e militares. Esta união criou efetivamente o maior esquema de concessão de exploração madeireira do mundo ao obter o direito a 33 milhões de hectares de floresta na RDC.¹³

A responsabilidade de resolver estas guerras não se concentra apenas no interior da África, mas também em governos de países do hemisfério norte, onde a maioria destas companhias multinacionais estão domiciliadas. Os governos do hemisfério norte têm um papel a cumprir para garantir que não estejam estimulando os conflitos ao permitir a exploração ilegal ou aética de recursos naturais através de companhias sob sua jurisdição. É preciso haver uma postura muito mais rígida ao lidar com aqueles que lucram com a exploração ilegal e a cobiça.

Nos últimos anos, tem havido inúmeras iniciativas para tentar combater vários aspectos das economias de guerra e empreendimentos comerciais aéticos. A maioria destas iniciativas é voluntária e não possui mecanismos para obrigar as pessoas a cumprir ou para monitorar. Algumas, porém, possuem um grande potencial, tais como as Orientações da OCDE para Companhias Multinacionais e o trabalho da Sub-Comissão da ONU sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, que recentemente produziu a versão preliminar dos Princípios Fundamentais de Direitos Humanos para Empresas Privadas. Elas, porém, precisam de vontade política para tornarem-se efetivas. Os governos e as companhias multinacionais precisam agir de maneira ativa para garantir o respeito total aos direitos humanos e padrões humanitários internacionais por aqueles envolvidos nas operações comerciais na África. Isto só pode ser feito através de um sistema regulador claro. Sem isto, aqueles envolvidos em atividades comerciais ilícitas e inescrupulosas continuarão a explorar os recursos da África, causando mais sofrimento e intensificando o conflito.

Recomendação: Fim do comércio na exploração ilegal e aética de recursos naturais.

- Os governos do hemisfério norte e da África devem estabelecer um protocolo da ONU sobre a conduta dos negócios, baseado na versão preliminar dos Princípios de Direitos Humanos para Empresas Privadas redigida pela Sub-Comissão da ONU sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. Estes princípios devem formar a base de um sistema regulador internacional que seja obrigatório aos Estados e empresas. Os governos devem

trabalhar para garantir que mecanismos independentes de monitoramento e de cumprimento façam parte deste sistema, aprendendo com as lições do modelo do Painel da ONU de Especialistas.

- As Companhias e governos devem agir de maneira ativa para implementar as Orientações da OCDE para Empresas Multinacionais e garantir que os Pontos de Contato Nacionais (NCPs) designados recebam um maior destaque, com poder para monitorar e fazer cumprir. Os governos africanos devem ajudar os NCPs a monitorar a implementação das orientações por parte das companhias. O desejo de uma companhia de implementar as orientações da OCDE de acordo com a interpretação acima deve ser uma condição de elegibilidade para todas as garantias e créditos de exportação dos governos do hemisfério norte.
- As companhias devem comprometer-se de maneira específica e pública a aderir à Declaração Universal de Direitos Humanos e às Orientações da OCDE para Empresas Multinacionais. As companhias devem garantir que aqueles envolvidos em suas operações comerciais não extrapolem ou causem conflitos, comprometendo-se que suas operações serão organizadas de tal modo a respeitar integralmente os direitos humanos e os padrões humanitários internacionais. Elas devem, por exemplo, garantir que seu pessoal e quaisquer forças de segurança engajadas por elas sejam totalmente informados sobre as orientações nacionais e internacionais para o uso da força; em particular os Princípios Básicos da ONU sobre o Uso da Força e Armas de Fogo por Oficiais encarregados do Cumprimento da Lei e o Código de Conduta da ONU para Oficiais encarregados do Cumprimento da Lei.
- Governos do hemisfério norte e da África e outras instituições devem apoiar e implementar ativamente a Iniciativa de Relatórios Globais [*Global Reporting Initiative - GRI*], que busca implementar globalmente orientações aplicáveis a relatórios sobre desempenho econômico, ambiental e social de corporações e governos. Os governos devem tornar obrigatório que as companhias relatem periodicamente seu desempenho social e ambiental em relação a estas referências estabelecidas. A GRI deve desenvolver padrões mais rígidos em relação a relatórios sobre as operações em zonas de conflito. As companhias devem se comprometer com a total transparência de suas operações ao publicar detalhes sobre todos os pagamentos a governos nacionais, incluindo os bônus de assinatura e pagamentos de receitas.

Recomendação: Reduzir os conflitos na África e evitar que as armas cheguem às mãos daqueles que as usam abusivamente.

- O G-8 e os líderes africanos devem definir um plano de ação para esforços diplomáticos intensos para resolver os conflitos em Angola, Sudão, República Democrática do Congo e região da Bacia do Rio Mano (Serra Leoa, Libéria e Guiné).
- Deve ser estabelecido um Tratado Internacional sobre Comércio de Armas para regular o comércio de armas, de modo que as armas não sejam transferidas para lugares onde elas possam ser usadas infringindo as leis humanitárias internacionais e de direitos humanos ou onde estas armas poderiam destruir o desenvolvimento sustentável.

Uma cultura de impunidade crescente

O respeito aos direitos humanos e às regras da lei são essenciais para uma paz duradoura e para o desenvolvimento humano de longo prazo. Porém, naquelas regiões da África onde as normas legais têm sido infringidas, não existe agora praticamente nenhum mecanismo efetivo de justiça. Mesmo em Estados que funcionam, o grau de impunidade para comportamentos criminosos é evidente em muitos níveis. Esta cultura de impunidade tem permitido que crimes terríveis fiquem sem investigação, reparação legal ou compensação para as vítimas. Em muitos casos, a comunidade internacional tem ignorado estas injustiças, ou ainda pior, tem contribuído diretamente para os abusos dos direitos humanos e genocídio. Para milhões de africanos, os direitos definidos em várias convenções – Leis Humanitárias Internacionais, Leis Internacionais sobre Refugiados, Declaração Universal dos Direitos Humanos e a própria Carta das Nações Unidas – não têm significado algum.

Somente na região dos Grandes Lagos, ocorreu um número surpreendente de cinco milhões de mortos devido a conflitos violentos na última década, incluindo a morte de 800.000 pessoas durante o genocídio de Ruanda em 1994 e 2.5 milhões de pessoas da região leste da República Democrática do Congo (RDC) desde 1998. O número alto e lamentável de mortes na região leste da RDC continua atualmente. Embora muitas das mortes na RDC possam ser atribuídas aos efeitos indiretos da guerra, tais como desnutrição e doenças, milhares também são resultado da violência direta. Em 2001, estimava-se que uma em cada oito famílias da região leste da RDC havia enfrentado uma morte violenta desde o início da guerra. Quarenta por cento destas pessoas eram mulheres e crianças.¹⁴ Como o Secretário Geral da ONU relatou recentemente, as violações aos direitos humanos e os desaparecimentos continuam com quase total

impunidade na RDC. Autoridades civis e militares parecem incapazes de restaurar a paz e proteger a população, que tem se tornado um alvo para as atrocidades.¹⁵ Até o momento, nem um único indivíduo foi responsabilizado para prestar contas em um tribunal nacional ou internacional por estes crimes na RDC.

Esta cultura de impunidade tem um impacto significativo. Se não existe justiça, a população local torna-se desencorajada ou pode causar mais violência ao querer resolver a situação com suas próprias mãos. A busca por justiça deve portanto ser abordada em dois níveis. Por um lado, é necessário haver um fórum onde os crimes de guerra mais sérios e os abusos sistemáticos dos direitos humanos sejam abordados, enviando um claro sinal de que haverá resposta para tais crimes. Por outro lado, a cultura de atividade criminal disseminada deve também ser enfrentada. Isto pode melhor ser feito melhorando-se os sistemas locais de justiça. É vital que estas soluções sejam coordenadas pela África.

A implementação da justiça deve sempre levar em conta os casos específicos. Assim como na África do Sul na década de 90, haverá casos em que processar o culpado criará mais conflitos do que irá resolvê-los. O princípio central deve ser o de que aqueles que têm sofrido, as mulheres, os homens e as organizações da sociedade civil, são os que devem determinar se algum acordo pós-conflito deverá submeter os criminosos de guerra à justiça ou se eles buscarão algum tipo de acomodação com eles. A comunidade internacional deve apenas apoiar os arranjos pós-conflito que tenham o apoio popular verdadeiro.

Nos últimos anos têm havido algumas tentativas de abordar-se a cultura da impunidade. O Tribunal Criminal Internacional para Ruanda, sediado em Arusha, está buscando processar os responsáveis pelo genocídio de cerca de 800.000 Tutsis e Hutus moderados em 1994. Embora o progresso tenha sido lento, com apenas alguns responsáveis mais importantes tendo sido condenados, esta é uma séria tentativa de abordar tais atrocidades. Da mesma forma, a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul tem ajudado este país a superar a cultura do silêncio em relação a crimes cometidos pelo governo do apartheid e ajudado a sociedade a avançar em direção à reconciliação.

Através da adoção da Carta Africana de junho de 1981 e o estabelecimento da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana), em junho de 1987, os governos africanos têm indicado que os direitos humanos são por princípio algo que diz respeito a eles. Infelizmente, a Comissão Africana, que é responsável por monitorar o cumprimento pelo Estado, não tem sido efetiva. Os

países têm fracassado em cumprir seu compromisso de fornecer relatórios a cada dois anos: em junho de 1998 mais de 200 relatórios estavam atrasados. Embora o estabelecimento da Comissão Africana seja aplaudido, serão necessários esforços significativos de líderes africanos para torná-la um órgão efetivo.

Mais recentemente, além da Comissão Africana, tem sido proposta uma Corte Africana para os Direitos Humanos e dos Povos.¹⁶ Embora não seja uma corte criminal, este será um importante passo em direção a um mecanismo abrangente para a proteção dos direitos humanos na África. Ela ainda não existe mas será criada quando um número suficiente de governos africanos a tiverem ratificado. Lamentavelmente, até o momento apenas cinco governos fizeram isto. Para demonstrar seu desejo político e comprometimento com a *accountability*, líderes africanos devem imediatamente ratificar esta corte. Eles devem assumir a liderança para enviar um sinal claro de que as violações aos direitos humanos não são aceitáveis na África.

Existe um outra proposição para uma Corte Africana de Justiça no Artigo 18 da Lei Constitutiva da União Africana. Contudo, as funções, estatuto e composição desta corte não foram ainda determinados. Outros avanços no desenvolvimento desta corte seriam bem-vindos. Espera-se também que a criação de uma Corte Criminal Internacional ajudará a lidar com crimes de guerra que ocorrem na África. Embora esta corte seja complementar às cortes nacionais, ela pode tratar de casos que os Estados nacionais não queiram ou não possam lidar.

A cultura de impunidade deve ser enfrentada em todos os níveis. Além de iniciativas regionais e internacionais, devem haver também sistemas domésticos de justiça mais sólidos. Muito freqüentemente estes sistemas sofrem com a ineficiência e corrupção, mas devem ser a base da *accountability* requerida para o desenvolvimento de longo prazo. Doadores internacionais devem contribuir para desenvolver sistemas transparentes e efetivos de justiça no nível nacional.

Recomendação: Fim da impunidade através do fortalecimento da Comissão Africana e da ratificação da Corte Africana para os Direitos Humanos e dos Povos.

- Os governos africanos devem ratificar urgentemente a Corte Africana para os Direitos Humanos e dos Povos e garantir que ela esteja funcionando dentro dos próximos dois anos.
- Líderes africanos, com o apoio de governos do hemisfério norte, devem fortalecer a Comissão Africana de Direitos Humanos como estabelecido pela União Africana. Isto incluiria um maior financiamento, a indicação de comissários independentes e

imparciais e a provisão adequada de relatórios por todos os estados membros africanos.

- Todos os governos, incluindo os governos africanos, devem ratificar o estatuto da Corte Criminal Internacional o mais rápido possível, e estabelecê-lo com o apoio do maior número possível de governos, protegendo seu espaço para perseguir casos de violência de gênero.
- Os governos africanos devem apoiar a participação popular e da sociedade civil em todos os acordos pós-conflito, para garantir que as mulheres e homens que tenham sido afetados decidam se devem ou não levar à justiça todos os criminosos de guerra.
- Os doadores devem investir na reforma e no desenvolvimento dos serviços civis dos Estados africanos, incluindo agências que dediquem-se ao cumprimento da lei e sistemas judiciais.

Corrupção e suborno

A cultura de impunidade cada vez mais difundida é reforçada pela corrupção generalizada. Corrupção, definida de maneira simples, é o mau uso do poder confiado para benefício privado. Isto não é algo novo ou específico da África. Embora a corrupção deva ser combatida em todos os continentes, isto é particularmente urgente na África por causa do grande custo de oportunidade em termos de investimento perdido e o inaceitável custo humano em termos de sofrimento e empobrecimento. Em 2001, o Índice de Percepção de Corrupção publicado pela *Transparency International* indicou altos níveis de corrupção em diversos Estados africanos. O índice classificou a Nigéria, Uganda, Quênia e Tanzânia como alguns dos países mais corruptos.

Conforme a globalização acelerou-se na década de 90, diversos estados africanos, já enfraquecidos por décadas de liderança anti-democrática, políticas de ajuda irresponsáveis, dívida externa e ajuste estrutural, adaptaram-se às mudanças na economia mundial de maneiras que beneficiaram grupos de interesse poderosos em vez das pessoas que vivem na pobreza. Como resultado, a corrupção sistêmica afetou diversas áreas da vida cotidiana. A corrupção não começou a ocorrer quando os estados africanos tornaram-se recém-independentes. Estudos observam uma falta de *accountability* e transparência durante as administrações coloniais herdada pelos governos africanos independentes. Muitas destas administrações coloniais favoreceram grupos específicos de pessoas ou alguns indivíduos em detrimento de outros e estabeleceram um sistema de privilégios.

A cultura da corrupção econômica e financeira é insidiosa e corrosiva. O tráfico ilegal de pessoas (na maior parte mulheres), armas mortais, narcóticos e recursos naturais valiosos enriquecem alguns indivíduos e retira dos Estados uma renda muito necessária. Evidências confiáveis mostram que a corrupção alimenta as guerras da África e gera sofrimento generalizado. Ela tem criado um ambiente no qual os avanços em direção à redução da pobreza são parcialmente, ou até mesmo completamente, bloqueados.

O conjunto amplo de práticas corruptas estende-se daqueles líderes africanos ou interesses econômicos para a corrupção mesquinha do dia-a-dia, freqüentemente um mecanismo de sobrevivência dada à falência dos sistemas sociais. Juntamente a este cenário, a corrupção nos níveis mais elevados é mais significativa e possui um impacto muito mais amplo. É ela que representa um peso insustentável para sociedades inteiras, particularmente para os mais vulneráveis, enriquecendo poucos e empobrecendo muitos. A corrupção tem ajudado a acumular uma dívida pública devastadora, a corroer estruturas sociais e a destruir serviços sociais. Na pior das alternativas, esta corrupção tem levado ao crime, à violência armada e à crise humanitária.

Qualquer esforço sério e planejado contra a corrupção deve antes de mais nada contar com um claro comprometimento dos líderes políticos. Isto deve ir além das palavras. Os líderes africanos não podem esperar ser recompensados por esforços que tenham pouco significado. Apesar da ampla retórica do governo queniano, por exemplo, sobre a luta contra a corrupção no Quênia, o Tribunal Superior queniano declarou a Autoridade Anti-Corrupção do Quênia como inconstitucional em dezembro de 2000. Na África do Sul, o chefe da Unidade Especial de Investigação encarregado de investigar a corrupção foi excluído por uma comissão constitucional de participar de uma importante investigação.

Empresas que operam na África também precisam enfrentar a questão. A corrupção tem sérias conexões com a tendência das economias de guerra discutidas acima. Na indústria extrativa, os "Pagamentos de Bônus de Assinatura" são usados por companhias para fazer grandes pagamentos em troca de serem capaz de disputar concessões. Embora eles sejam legais, eles freqüentemente não possuem transparência e raramente, ou nunca, são usados de maneira responsável por governos para erradicar a pobreza. Existem atualmente ações através da Iniciativa de Relatório Global e outras campanhas não-governamentais para incentivar as companhias a serem mais transparentes em suas operações.

Os governos sozinhos não podem esperar conter a corrupção. Eles precisam, e devem, obter o apoio e a participação de uma sociedade civil ativa mas ao mesmo tempo independente. Campanhas anti-corrupção não podem ser bem sucedidas a menos que o público esteja por trás delas. Qualquer política séria de combate à corrupção precisará, portanto, estar baseada nas iniciativas da sociedade civil africana.

Recomendação: Combater a corrupção e o suborno, tanto nacional como internacionalmente.

- A Convenção da OCDE de 1998 sobre suborno deve ser adotada em lei por todos os governos da OCDE.
- A convenção da ONU sobre corrupção, atualmente em desenvolvimento, deve ser rapidamente instituída e ratificada por todos os membros da ONU, e incluir a questão do suborno dentro de sua área de influência.
- Os governos africanos devem fortalecer a participação das instituições da sociedade civil, particularmente da mídia, para lutar contra a corrupção e combater o problema de subornos nos níveis onde as pessoas comuns são mais afetadas.
- A União Africana deve concentrar-se em medidas adicionais para lutar contra a corrupção. A assistência financeira e o conhecimento técnico devem ser colocados à disposição para promover a transparência e a *accountability* nas operações dos governos africanos, e especificamente fortalecer a segurança e independência dos sistemas judiciais.
- Os governos africanos devem adotar uma postura muito mais rígida em relação à corrupção dentro da política nacional, incluindo-a como uma parte do processo de PRSP onde ela existe. A legislação nacional contra a corrupção deve ser fortalecida.

Pandemia do vírus HIV/AIDS

A AIDS é possivelmente a maior ameaça que a África enfrenta hoje. Em 1998, os conflitos mataram 200.000 pessoas e a AIDS matou acima de dez vezes mais. Desde que a epidemia começou, 16.3 milhões de pessoas já morreram da doença. A maior parte, de longe, morreu na África.¹⁷ Cerca de 28 milhões de adultos e crianças do continente estavam vivendo com o vírus HIV ou AIDS no final de 2001. Estima-se que o vírus HIV/AIDS contamina uma pessoa na África a cada 25 segundos. Estima-se que houve 3.5 milhões de novas contaminações na região apenas em 2001.¹⁸ A taxa de incidência adulta na África sub-Saariana é de aproximadamente 8.4 por cento, comparada à taxa

global de 1.2 por cento.¹⁹ As estatísticas podem ser significativamente piores, uma vez que é praticamente impossível obter dados sobre o HIV com exatidão de países em conflito. A magnitude da crise da AIDS excede de longe as piores expectativas que se tinha há uma década atrás.

Os efeitos da pandemia de AIDS são enormes e abrangentes. A pandemia já resultou em uma queda de 2-4 por cento nas taxas médias de crescimento econômico nacional em toda a África,²⁰ e é uma das barreiras mais poderosas para impedir que se alcance as Metas de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

Os impactos na vida das pessoas são graves. A África é o único continente onde mais mulheres do que homens são afetados. Particularmente as meninas jovens correm o risco, em parte por causa da crescente violência relacionada à questão de gênero, tais como estupro, mas também por causa da dominância que prevalece dos homens sobre as mulheres.

O grupo de idade mais produtivo de 20 a 50 anos é particularmente afetado. A produtividade cai e a carga de trabalho de jovens inexperientes e dos idosos cresce. As famílias tentam arcar com os custos reduzindo o consumo de alimentos e vendendo bens produtivos para pagar pelo serviço de saúde. As mulheres e garotas estão especialmente suscetíveis à transmissão do vírus HIV, e estão mais vulneráveis aos impactos da doença e morte. As crianças são tiradas da escola para cuidar de seus pais, ganhar dinheiro e trazer comida para a mesa. Isto freqüentemente implica uma cobrança severa sobre as garotas, incluindo a dependência do trabalho do sexo comercial ou aceitação de casamentos precoces. Quando as crianças ficam fora da escola, a probabilidade delas retornarem diminui e portanto suas habilidades e opções de emprego ou de emprego próprio ficarão limitadas.

Conforme mais pessoas são afetadas, o impacto se espalha por toda a sociedade e setores inteiros da economia. Na Zâmbia, mais professores podem estar morrendo de AIDS a cada ano do que se graduando em todas as instituições preparatórias para professores.²¹ A produtividade agrícola está sendo destruída, reduzindo alimentos, renda e divisas. Os sistemas de saúde, que deveriam estar respondendo à crise, estão entrando em colapso: a demanda por serviços de saúde está crescendo, enquanto que a capacidade de oferecer serviços está se reduzindo conforme os próprios médicos e assistentes ficam doentes e morrem. Programas para substituir profissionais qualificados estão em situação crítica. Porém, países ricos como a Austrália, Canadá, Estados Unidos e Reino Unido

recrutam ativamente profissionais da área médica distantes dos países mais atingidos, como Zimbábue e África do Sul.

Existem sinais de esperança. As novas taxas de contaminação entre garotas de 15–19 anos em Lusaka, Zâmbia, e entre jovens em Masaka, Uganda, parecem ter se reduzido para metade.²² Segmentos cada vez maiores da sociedade civil da África do Sul estão pressionando o governo para reconhecer e combater a pandemia. Alguns negócios, especialmente companhias mineradoras, que historicamente alimentaram a pandemia através de sistemas de trabalho migrante que separam os homens de suas famílias, estão destacando-se ao tentar desenvolver abordagens práticas para se reduzir a transmissão, oferecer tratamento e minimizar os impactos. Em 2001, líderes africanos, assim como a sociedade civil, promoveram de maneira bem-sucedida um maior reconhecimento da urgência de se combater o vírus HIV/AIDS. No encontro de cúpula da Organização Mundial de Comércio realizado em Doha, Catar, países desenvolvidos foram forçados a reconhecer o princípio de que a saúde pública deve receber prioridade em relação à rígida proteção de patentes.

Alguns líderes africanos têm realizado importantes campanhas públicas para aumentar a conscientização e abordar o problema, notavelmente em Uganda, Senegal e Botsuana. O Encontro de Cúpula sobre AIDS realizado em Abuja pela OAU em abril de 2001 tratou de algumas sérias questões em relação ao vírus e reconheceu que tanto o tratamento como a prevenção são indispensáveis na luta contra a AIDS. Outros líderes africanos, porém, têm virtualmente ignorado a pandemia ou têm agido de modo a contribuir diretamente para o problema.

O vírus HIV/AIDS está destruindo a capacidade da sociedade africana de lidar com os pesados fardos que ela já suporta. Os conflitos desalojam centenas de milhares de pessoas, aumentando o risco de violência sexual e da dependência econômica das mulheres e crianças, o que por sua vez aumenta incrivelmente sua suscetibilidade à transmissão do vírus HIV e sua vulnerabilidade aos impactos de uma saúde precária. A corrupção prejudica os esforços para a oferta de serviços básicos efetivos e eficientes, tais como a oferta de informações básicas e conselhos que podem reduzir a transmissão, ou o simples tratamento de doenças oportunistas.

O vírus HIV/AIDS é uma grande tragédia humana para a África, com importantes conseqüências de segurança, econômicas e políticas. Uma séria batalha contra o vírus HIV/AIDS irá requerer uma ação significativa nas frentes políticas e operacionais. A vontade política é necessária para se reconhecer a extensão do problema e adotar políticas que colocam o vírus HIV/AIDS no centro de qualquer

agenda de desenvolvimento. Operacionalmente, isto irá requerer financiamento. O Fundo Global de Saúde estima que obterá apenas 10 por cento da quantia necessária estimada este ano para lutar contra a doença. Apesar das palavras fortes e das promessas de alguns governos africanos e doadores, as ações não estão de acordo com as palavras.

Recomendação: Declarar "Guerra à AIDS" com um aumento imediato dos fundos.

- A comunidade doadora deve financiar integralmente o Fundo Global de US\$ 10 bilhões para lutar contra a AIDS, tuberculose e malária, e garantir que o fundo utilize os medicamentos mais baratos e de boa qualidade que se encontrem disponíveis, incluindo os genéricos.
- Os governos africanos devem fortalecer as capacidades institucionais para responder à epidemia de vírus HIV/AIDS e reduzir seus impactos nas famílias, mulheres e jovens. Ações radicais através de campanhas de educação pública e redes de apoio devem ser tomadas para enfrentar os impactos no crescimento econômico nacional.
- Líderes mundiais devem cumprir o compromisso na Declaração da ONU de junho de 2001 de abordar a questão do vírus HIV/AIDS e conflitos – especialmente, mas não unicamente, na assistência humanitária às populações afetadas e desalojadas.
- Governos doadores e africanos devem garantir que os impactos do vírus HIV/AIDS sejam levados em consideração em todos os programas, e tornar disponível um financiamento adequado para este item nos orçamentos de ajuda.

Apoio internacional inadequado

Dada a escala dos problemas que a África está enfrentando atualmente, é surpreendente que a assistência externa esteja na verdade declinando.

Ajuda declinante

Nos últimos anos as nações ricas têm dramaticamente reduzido seus níveis de assistência ao desenvolvimento para a África: entre 1990 e 1999, este nível caiu em mais de 40 por cento. A ajuda per capita para a África sub-Saariana declinou de US\$ 34 para US\$ 20 na segunda metade da década de 90, mesmo quando o PIB per capita nos países da OCDE cresceu de US\$ 16.000 para US\$ 20.000.

Em 1970 a ONU e muitos outros doadores definiram que 0.7 por cento de seu Produto Nacional Bruto (PNB) deveria ser gasto em assistência internacional ao desenvolvimento (ODA). Porém, a ODA oferecida pelos 22 membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE em 2000 foi em média de apenas 0.22 por cento. Se todos os governos da OCDE estivessem utilizando 0.7 por cento do PNB em assistência ao desenvolvimento, o fluxo de ajuda seria \$114 bilhões maior.

As maiores economias do mundo – o Grupo dos Sete – têm liderado o mau exemplo. Em termos de gastos per capita, apenas o Japão estava gastando mais em assistência no final da década de 90 do que no início da década. Países como os Estados Unidos, Canadá, Itália e Alemanha cortaram a ajuda per capita em um terço ou mais. Os Estados Unidos, que possuem a economia mais rica do mundo, alocam apenas 0.1 por cento do PNB em ajuda, o que é menos da metade da média da OCDE. Quando comparado aos gastos militares o cenário é ainda pior. O total da ajuda humanitária para a África em 2000 foi menos de US\$ 2 bilhões, sendo que a maior parte desta assistência foi distribuída de maneira muito desigual. Em contraste, os gastos militares mundiais no mesmo ano, uma década após a guerra fria ter terminado, foi estimado em \$798 bilhões.

Durante a Assembléia Geral da ONU em 2000, os governos mundiais prometeram erradicar a pobreza extrema, reduzir o número de mortes de crianças e expandir as oportunidades educacionais. Metas ambiciosas de desenvolvimento humano para 2015 – as Metas para o Desenvolvimento do Milênio (MDGs) – foram adotadas. Se a tendência atual permanecer, todos as MDGs não serão cumpridas por uma ampla margem. A região mais aquém das metas é a da África sub-Saariana. Embora seja difícil calcular exatamente quanto dinheiro é necessário para se alcançar as MDGs, a Oxfam estima que uma quantia extra de \$100 bilhões por ano será necessária – um valor alto, mas possível de ser pago.²³ Deste total, a África irá requerer \$40 bilhões. Para a OCDE como um todo, isto representa o equivalente a apenas seis semanas de pagamentos em subsídio atualmente feitos a produtores rurais com renda relativamente altas e a corporações do setor de agro-negócios.

A ajuda tem sido freqüentemente distribuída de maneira muito desigual. Isto é especialmente verdadeiro em relação às intervenções humanitárias onde, de acordo com a legislação internacional, as pessoas carentes possuem status iguais e direito à assistência, onde quer que elas estejam. Em 1999 os governos doadores cederam US\$ 207 por pessoa à campanha da ONU para a antiga Iugoslávia, mas apenas US\$ 16 por pessoa em Serra Leoa e US\$ 8 na República Democrática do Congo. Os números revelam a dupla abordagem

adotada pela comunidade internacional em relação às emergências humanitárias. A ajuda está mais próxima às vítimas de guerra que ocupam os holofotes da mídia ou de países que representam interesse estratégico para os países do ocidente. Mas a maioria dos desastres humanitários, e certamente aqueles na África sub-Saariana, tem sido corretamente chamada de "emergências esquecidas".

Nem sempre a ajuda ao desenvolvimento tem sido bem usada. Ela às vezes tem apoiado governos corruptos e tem sido desperdiçada em projetos ruins. Contudo, apesar de sua publicidade negativa, a assistência oficial ao desenvolvimento tem desempenhado um papel essencial no apoio ao desenvolvimento humano. Ela tem desempenhado um papel vital no financiamento de acesso a serviços básicos. No caso da Uganda, por exemplo, as taxas de matrícula escolar aumentaram de 54 para 80 por cento entre 1996 e 1998 após as mensalidades escolares terem sido abolidas.

Quando os governos possuem estratégias consistentes para a redução da pobreza nacional, a ajuda produz grandes retornos. O ambiente variável é ilustrado pela adoção dos Documentos Estratégicos para a Redução da Pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers* - PRSPs), que visa fortalecer a propriedade e ampliar a representação da sociedade civil quanto às prioridades dos gastos públicos. Existem sérios problemas com os PRSPs. As consultas à sociedade civil têm sido mistas e, em alguns casos, governos e/ou o FMI -Banco Mundial têm adotado cronogramas que impedem que ocorra um diálogo efetivo. Porém, o sistema do PRSP representa um importante passo na direção correta. Benefícios importantes estão emergindo apesar dos desempenhos desiguais. Em Gana, por exemplo, a influência da sociedade civil através do processo de PRSP tem ajudado a focalizar a atenção nas áreas mais carentes no norte do país, e na Etiópia o processo define estratégias para desenvolver melhoras na educação primária, notavelmente através da redução das desigualdades baseadas na questão de gênero.

A ajuda não deve ser concedida cegamente, nem devem os doadores assumir que fixando-a como meta em direção aos setores de desenvolvimento humano levará automaticamente a uma boa governança. No passado, a efetividade da ajuda foi comprometida por más políticas, tanto dos doadores como de alguns governos africanos corruptos. São necessárias reformas por parte dos governos do hemisfério norte e da África para que o progresso real seja alcançado. Diversos governos de países em desenvolvimento estão alterando as prioridades de seu orçamento de maneira excessivamente lenta, quando alteram. Problemas enraizados de corrupção, gastos militares excessivos e uma tendência em direção a serviços raramente utilizados pelos pobres, tais como educação

universitária e tratamento de saúde curativo permanecem ocorrendo. Apesar de sua retórica, muitos doadores precisam fazer muito mais para abordar problemas sérios em relação à qualidade da assistência, tais como a falta de financiamento da educação, fraca coordenação dos doadores, condições de política inadequadas, ajuda condicionada e prioridades geopolíticas. A ajuda é propriamente problemática quando os beneficiários estão envolvidos em conflito e quando o apoio no orçamento em particular pode ser usado para objetivos diferentes da redução da pobreza.

Comércio Injusto

A África encontra-se em uma situação particularmente ruim quando a questão é comércio. Governos do hemisfério norte deixam a África de fora dos mercados mundiais e inundam os mercados africanos com excedentes subsidiados, prejudicando a produção local. Ao mesmo tempo, os países africanos são forçados através das condições impostas pelo FMI a abrir seus mercados a uma velocidade alucinante. O diretor do FMI Horst Koehler destacou em janeiro que "países ricos ainda gastam centenas de bilhões de dólares em subsídios em áreas onde os países em desenvolvimento possuem uma vantagem comparativa – como na agricultura, alimentos processados, têxteis, vestuário e manufatura leve".²⁴

A participação da África no comércio mundial caiu de mais de 3 por cento em 1950 para apenas 1.2 por cento (excluindo a África do Sul) em meados de 90. Nos últimos dez anos, o comércio mundial de commodities primárias tem crescido a menos de um terço da taxa para o comércio de bens manufaturados. Países dependentes de commodities primárias estão ficando para trás. Esta dependência é mais pronunciada na África sub-Saariana, onde 17 países dependem das commodities (excluindo petróleo) para obter mais de três quartos de suas receitas com exportação. Em muitos casos, uma grande proporção das receitas com exportação deriva de um pequeno grupo de produtos. O café sozinho responde por quase 60% das exportações da Etiópia, o algodão por cerca de metade das exportações de Burkina Faso e o cacau por quase um quarto das exportações de Gana. Quando os preços da commodity entram em colapso, o impacto em um país pode ser devastador. Na Etiópia, por exemplo, a combinação de uma menor produção e um preço menor causou uma queda da receita com as exportações de café de \$257 milhões para \$176 milhões em apenas um ano.

O investimento comercial é essencial para o desenvolvimento da África. Porém, os investimentos privados têm freqüentemente exacerbado os conflitos em vez de reduzir a pobreza, como o crescimento das economias de guerra mostra. Uma grande

porcentagem de investimento estrangeiro direto está no setor extrativo. Um relatório publicado em janeiro de 2002 pela Comissão Internacional de Comércio mostra aumentos significativos nas importações dos EUA provenientes da África em 2001, mas estas importações foram incrivelmente dominadas pelo petróleo e outros produtos relacionados à energia.²⁵ Embora este comércio seja na maior parte legítimo, grande parte dele não possui transparência nem ética e, como já discutido, pode ter impactos devastadores nas economias locais e nos direitos humanos. O investimento privado na África não deve ser interrompido mas deve ser regulado para garantir que ele resulte no máximo de benefícios possíveis para as comunidades locais e aumente o desenvolvimento.

Maior Redução na Dívida Externa

A Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) representou um grande passo em direção à sustentabilidade da dívida externa. Contudo, os dados apresentados nas manchetes da imprensa são enganosos. A redução do serviço da dívida externa total para os 23 países abrangidos pela HIPC em meados de 2001 chegou a um valor projetado de \$34 bilhões. Porém, 15 destes países ainda estavam gastando mais de 10 por cento da receita do governo no pagamento da dívida. Mais da metade estava gastando mais no pagamento da dívida do que na educação primária; dois terços estavam gastando mais com a dívida do que com os serviços de saúde. No caso da Zâmbia, um país com níveis crescentes de analfabetismo e mortalidade infantil, quase um quarto do orçamento do governo ainda está alocado para o pagamento da dívida, mesmo após a redução da dívida com a Iniciativa HIPC.

Apesar dos credores alegarem sucesso da Iniciativa HIPC, o FMI estima que os pagamentos do serviço da dívida externa da África apenas foram reduzidos para 17.1 por cento dos ganhos com as exportações em 2001 (que caiu de 20.3 por cento em 1999), antes de subir novamente para 18.4 por cento em 2002.²⁶ Este continua sendo um fardo econômico excessivo, como os líderes africanos e ativistas pela redução da dívida continuam a destacar. A maior parte desta dívida deve-se ao Banco Mundial e ao FMI, organizações com um mandato para combater a pobreza. Nenhuma destas instituições, nem países credores ricos, oferece qualquer indicação de que estejam considerando ir além dos ajustes marginais no programa HIPC.

Recomendação: Aumentar a ajuda à África, especialmente para educação, e aumentar a redução da dívida externa.

- A comunidade doadora internacional deve aumentar os recursos gerais de assistência para a África em US\$ 40 bilhões por ano para que os objetivos de desenvolvimento sejam alcançados. Isto

equivale a aproximadamente seis semanas de subsídio a produtores rurais nos países da OCDE.

- O G-8 e outros doadores importantes devem demonstrar a efetividade da ajuda e da sólida parceria investindo na educação e aumentando seus gastos neste setor para US\$ 4 bilhões por ano. Os doadores devem garantir que nenhuma estratégia nacional que busque acesso universal à educação de boa qualidade seja mal-sucedida por razões financeiras, desenvolvendo uma iniciativa global sobre educação. Deve haver um comprometimento internacional para se alcançar a abolição de cobranças na educação dentro de três anos e especificamente para se financiar a diferença resultante da abolição das taxas.
- Deve haver uma maior redução da dívida externa para aqueles governos africanos firmemente comprometidos com a redução da pobreza. Esta redução deve estar baseada nas propostas definidas por governos africanos na iniciativa NEPAD, que conecta a redução da dívida com os resultados calculados da redução da pobreza.
- A redução da dívida externa sob a Iniciativa HIPC deve ser expandida para garantir que os pagamentos da dívida não prejudiquem o financiamento das MDGs, e que nenhum governo aloque mais de 10 por cento da receita para pagar o serviço da dívida.
- A resposta internacional para a crise humanitária deve ser determinada pela necessidade e não por interesses estratégicos ou cobertura da mídia. Os doadores devem criar uma abordagem efetiva para compartilhar a responsabilidade para atender as necessidades humanitárias globais baseada em sua respectiva riqueza.

Recomendação: Melhorar os termos de comércio para a África

- O G-8 deve assumir a liderança, abrir seus mercados a todos os produtos de países africanos, definir um cronograma para banir os subsídios à exportação e reestruturar todos os subsídios rurais para alcançar objetivos sociais e ambientais, em vez de maior produção.
- O uso de condições atreladas a programas do FMI/Banco Mundial, que força os países pobres a liberalizar seus mercados rapidamente, independentemente do impacto sobre os pobres, deve acabar.
- Uma nova instituição internacional de commodities deve ser apoiada, para combater a crise dos preços das commodities,

promovendo a diversificação e gerenciando o abastecimento excessivo.

- Os doadores precisam trabalhar conjuntamente para garantir acordos de preços vinculados com as companhias. Eles devem alterar o Acordo TRIPS para fortalecer as salvaguardas de saúde pública existentes e introduzir períodos de transição mais longos para os países pobres. Além disto, eles devem apoiar a proposta de suspender as restrições TRIPS sobre exportações farmacêuticas para países da África com capacidade manufatureira insuficiente.

Otimismo para o futuro

Existe esperança para o futuro? A gravidade da situação na África atraiu uma maior atenção no ano passado e existem certamente alguns sinais positivos. Os africanos estão cada vez mais exigindo transparência de seus governos: eles estão demandando ativamente mudanças e uma maior inclusão social. A mídia local e regional está falando abertamente e livremente sobre questões políticas altamente controversas, contra todas as expectativas. Grupos de mulheres e outras redes de trabalho têm levantado questões sobre a mutilação genital feminina, violência doméstica e estupro. Organizações não-governamentais estão pressionando seus governos a lutar contra o vírus HIV/AIDS e aumentar o acesso à saúde reprodutiva. Em 2001, uma aliança de ativistas forçou companhias farmacêuticas multinacionais a retirar um processo legal contra o direito da África do Sul de obter medicamentos mais baratos. Os esforços para estabelecer a paz e solucionar conflitos nos níveis locais em todo o continente estão aumentando. Os governos estão tacitamente engajando-se com estes movimentos sociais. Em Uganda, por exemplo, a Avaliação Participativa da Pobreza tem envolvido a sociedade civil no desenvolvimento, implementação e monitoramento de um Plano para Redução da Pobreza (PRSP).

Mais significativamente, os governos africanos têm reconhecido a necessidade de uma ação planejada e têm demonstrado um desejo político novo para alcançá-la. Em julho de 2001, eles transformaram a Organização para Unidade Africana e criaram uma nova estrutura ambiciosa, a União Africana, visando revigorar a ação coletiva em todo o continente.

Uma iniciativa fundamental dos líderes africanos, aprovada pela União Africana, é a "Nova Parceria para o Desenvolvimento da África" (NEPAD). Esta iniciativa acredita que o futuro da África está em suas próprias mãos. Ela clama por uma nova relação entre a África e a comunidade internacional, baseada em um

comprometimento com a boa governança, democracia e direitos humanos. Ao mesmo tempo, líderes africanos se esforçarão para prevenir e solucionar os conflitos e a instabilidade, criando assim as condições propícias para o investimento, crescimento e desenvolvimento. A análise da NEPAD reconhece que a África não pode ser entendida sem se entender o legado da história do continente e sua interação com o restante do mundo.

A vantagem da NEPAD provém diretamente de suas origens e status como instituição regional com raízes nas democracias africanas.²⁷ Os africanos devem tirar a África da pobreza. As políticas e programas mais efetivos são aqueles baseados nos processos domésticos de consulta e tomadas de decisões justas. Isto requer uma boa governança, um estado capacitado com instituições efetivas, gerenciamento econômico sólido e a participação de todos os setores da sociedade.²⁸ Os governos africanos podem e devem fazer muito mais para envolver a sociedade civil na governança, especialmente em relação à NEPAD, que pode ser vista como uma abordagem excessivamente de cima para baixo.

No nível internacional parece haver um maior desejo de se ajudar a abordar a crise na África. Ainda não está claro se isto irá levar a mudanças dramáticas no desejo político que é requerido. A iniciativa NEPAD tem sido bem-recebida pelos principais envolvidos no desenvolvimento da África, incluindo o G-8, a União Européia, a ONU e o Banco Mundial. Doadores internacionais parecem estar em acordo sobre os problemas únicos da África e a necessidade de arranjos especiais em algumas áreas de desenvolvimento. Eles aplaudem os governos africanos por assumirem a posse e a responsabilidade pelo processo de desenvolvimento – e prometem apoiá-los a fazer isto.

Desde setembro de 2001, o contexto político para a ação internacional e as perspectivas para se abordar algumas das desigualdades subjacentes e crônicas que continuam a minar a segurança global, têm sido mudados. Quase todos os líderes mundiais têm relacionado os atos de terrorismo do dia 11 de setembro com a crise global da pobreza, desigualdade, diplomacia mal-sucedida e a necessidade humanitária persistente. A crise na segurança global tem sido relacionada com a crise da globalização, pela qual os efeitos de exclusão de diversas políticas internacionais têm levado à polarização extrema e à frustração em todo o mundo. Esta análise tem gerado propostas ambiciosas para se alterar radicalmente os modelos da globalização em favor dos pobres e criar uma abordagem mais justa e inclusiva para o desenvolvimento.

Contudo, tem havido muito pouca ação política ou novos recursos para se atender estas boas intenções. O mundo tem visto pouco, quando vê, dos recursos prometidos para a construção de fundações para a paz e segurança duradoura que muitos de seus líderes têm prometido.

O Afeganistão destacou a necessidade de se lidar com as causas enraizadas do conflito e insegurança. Não é sustentável ter milhões de pessoas excluídas das oportunidades básicas e ter parte do mundo tornando-se mais rica enquanto o restante torna-se mais pobre. Estas questões não irão desaparecer. Suas conseqüências serão até mesmo maiores se elas não forem abordadas de maneira sistemática e definitiva.²⁹

Agir para abordar estas causas fundamentais não é apenas necessário por questões morais, é também do interesse de segurança da comunidade mundial. É tempo de fazer a globalização trabalhar em prol dos pobres e alterar um conjunto de políticas interconectadas que se situam no centro da questão da segurança global. Algumas reuniões-chave deste ano oferecerão oportunidades para se discutir e abordar estas questões para a África: reuniões de primavera do FMI / Banco Mundial em abril, reunião do G-8 no Canadá em junho, encontro de cúpula inaugural da União Africana em julho e Encontro de Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em agosto.

Recomendação: Apoiar a Iniciativa NEPAD através de um maior engajamento político e mais consulta junto à sociedade civil.

- Líderes africanos e doadores internacionais devem garantir uma governança autêntica, participativa e inclusiva através do engajamento da sociedade civil em relação aos objetivos, estratégias e monitoramento da NEPAD.
- Governos do hemisfério norte, especialmente líderes do G-8, devem apoiar a iniciativa NEPAD através de um plano de ação concreto e fundos específicos.
- Governos doadores e governos africanos devem criar um órgão independente de monitoramento e avaliação para monitorar o desempenho dos doadores na África, como proposto por governos africanos sob a iniciativa NEPAD.

Recomendação: Melhorar a *accountability* de estados africanos através de um maior engajamento com a sociedade civil.

- A União Africana deve desenvolver uma abordagem sistemática de engajamento com todas as suas instituições e com as organizações da sociedade civil para garantir que a União Africana possa ser verdadeiramente caracterizada como uma

"Comunidade das Pessoas". As consultas e monitoramento devem ser feitos em conjunto com a sociedade civil para desenvolver uma cultura de boa governança.

- Os governos africanos e os doadores internacionais devem melhorar a *accountability* através do fortalecimento do papel das organizações nacionais e regionais da sociedade civil africana e do incentivo ao planejamento conjunto, tais como aqueles através do processo PRSP. Isto é particularmente importante em situações de conflito.
- Os governos africanos devem desenvolver planos específicos para aumentar a participação das mulheres na governança local e nacional, com referência particular para a Plataforma de Ação de Beijing. As ações devem ser tomadas para reduzir a desigualdade de gênero, incluindo a implementação da tolerância zero quanto a violência baseada na questão de gênero. Isto é especialmente urgente no contexto do vírus HIV/AIDS.

Não mais "Negócios como de Costume"

O movimento em direção a uma nova e efetiva parceria com a África que beneficie os africanos irá requerer uma grande mudança – tanto dentro como fora da África. Em toda a sua história, o continente tem sido explorado: durante o comércio de escravos ele foi explorado pelo desejo de trabalho e no período colonial pela luta por terras e riqueza. Durante a Guerra Fria, a África foi usada como um campo de batalha ideológico para dar prosseguimento a estratégias geo-políticas. A relação da África com o mundo rico tem sido longe de ser uma parceria de iguais. Embora muito tenha mudado, muito também permanece igual. A abordagem dos "negócios como de costume" deve acabar.

Os problemas que a África enfrenta somente podem ser enfrentados através de um enfoque na justiça e na parceria autêntica. Isto requer um tipo diferente de engajamento nos níveis global, regional e nacional entre a comunidade internacional e os líderes africanos, sustentado por um novo comprometimento com a *accountability* por parte de ambos.

No nível **global**, existe a necessidade de serem criadas as condições para uma governança global efetiva que apóie um novo tipo de parceria com a África. É neste nível que as questões de comércio global, investimento, parcerias de negócios, financiamentos e engajamento internacional devem ser abordadas, com base na

accountability de todos os atores e direitos mútuos e responsabilidades.

No nível **regional**, existe a necessidade de revigorar formas de cooperação política e econômica, especialmente em relação a medidas de construção e manutenção da paz. É talvez neste nível que se encontra a maior chance de se encontrar novas abordagens para lidar com aqueles acusados de ter cometido crimes contra a humanidade, crimes de guerra e obtenção de lucros com as economias de guerra, assim como o combate à corrupção. Embora seja importante combater questões como a impunidade e corrupção, é igualmente importante encontrar maneiras de consertar a estrutura sócio-cultural de países que têm estado expostos a conflitos.

No nível **nacional**, existe a necessidade de criar condições que permitam que os países africanos funcionem como Estados legítimos, com um contrato social entre seus governos / líderes e seu povo. Isto significa Estados que sejam responsáveis junto aos seus cidadãos e capazes de oferecer a eles segurança e regras da lei, condições para meios de subsistência seguros e confiáveis, assim como serviços públicos como saúde e educação. Isto irá requerer um engajamento muito maior com os movimentos sociais e a sociedade civil por parte dos líderes africanos.

Em cada um destes níveis, são requeridos mecanismos e procedimentos práticos para garantir a *accountability*.

Não existe uma solução "tamanho único" para as crises africanas. Por um lado, são necessárias medidas para se combater o conflito, através de uma ação diplomática planejada, e oferecer assistência humanitária para as populações afetadas. Estes esforços precisarão levar em conta as causas subjacentes do conflito, incluindo a extração de recursos naturais. Ao mesmo tempo, deve-se dar um apoio forte àqueles países que não estão envolvidos diretamente no conflito, que estejam agindo de maneira positiva para reduzir a pobreza e fortalecer a governança com o envolvimento da sociedade civil. Encontrar soluções sustentáveis para a gravidade dos problemas que a África enfrenta atualmente irá depender da habilidade de se avançar nestas estratégias simultaneamente.

A prosperidade e paz na África só pode ser alcançada se as dimensões locais, nacionais, regionais e internacionais da crise atual forem abordadas. Agora é o momento em que as palavras devem realmente se transformar em atos, quando a África pode ser ajudada a tomar o caminho certo na encruzilhada em que se encontra agora. O desafio da África não é imaginar qual rota tomar, ou o que fazer, mas gerar o desejo de ação.

Notas

- ¹ Estimativas variam entre 45 e 52 por cento.
- ² Estimativas da OMS, Universidade de Harvard e da London School of Hygiene and Tropical Medicine.
- ³ Relatório do Governo de Ruanda.
- ⁴ Banco Mundial (2000). DfID (2000) 'White Paper on Globalisation'.
- ⁵ Coltan é uma abreviação de columbite-tantalite, um mineral metálico cinza que é encontrado nas Américas, África e sudeste da Ásia. Ele é uma matéria-prima altamente versátil, que é usada em algumas indústrias extremamente estratégicas devido à sua resistência às altas temperaturas, à corrosão de ácidos e à habilidade de conduzir calor e eletricidade. Ele é particularmente importante na produção de capacitores para telefones móveis, computadores pessoais, games consoles, gravadores de vídeo, filmadoras e produtos eletrônicos automotivos.
- ⁶ Oxfam GB (2002) 'Poverty in the Midst of Wealth', Relatório No. 12, Oxford: Oxfam
- ⁷ Christian Aid 'Scorched Earth'
- ⁸ Veja o Relatório da ONU 'Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo'.
- ⁹ Banco Mundial *et al.* (2000) *Can Africa Claim the 21st Century?*
- ¹⁰ Christian Aid 'Scorched Earth'
- ¹¹ Oxfam América, 'Extractive Sectors and the Poor', Out 2001.
- ¹² Dietrich, C. (2001) 'Les Commerçants Militaires Sans Ethiques et Sans Frontieres', International Peace and Information Service
- ¹³ Global Witness (2001) 'Zimbabwe's Resource Colonialism in the DRC', Londres, 26 de agosto
- ¹⁴ IRC (2001) 'Mortality in the Eastern Democratic Republic of Congo'
- ¹⁵ Décimo relatório do Secretário Geral sobre a Missão da Organização da ONU na República Democrática do Congo, fevereiro de 2002
- ¹⁶ Esta corte foi prevista no protocolo da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos adotado pela União Africana em 1998.
- ¹⁷ UNICEF 'Children Orphaned by AIDS: Frontline Responses from Eastern and Southern Africa'
- ¹⁸ Ibid, p3
- ¹⁹ UNAIDS 'AIDS Epidemic Update' dezembro de 2001, página 3

²⁰ Dixon, S., S. MacDonald e J. Roberts 'The Importance of HIV and AIDS in Africa's Economic Development', *British Medical Journal* 324, 26 de janeiro, p232

²¹ Kelly, M.J. (2000) 'What HIV/AIDS Can Do To Education, and What Education Can Do to HIV/AIDS', artigo para apresentação na Conferência *All sub-Saharan Africa* sobre Educação para Todos, Johannesburgo, 6 de dezembro de 1999

²² UNAIDS (2000) 'Report on the Global HIV/AIDS Epidemic', p10

²³ Para obter mais informações, veja Oxfam 'Last Chance in Monterrey: Meeting the Challenge of Poverty Reduction', Relatório No. 17, março de 2002

²⁴ Minter, W. e S. Booker (2002) 'Africa Policy Outlook 2002: African Priorities Ignored due to Washington's War on Terrorism', *Foreign Policy Focus*, fevereiro de 2002, p3.

²⁵ Ibid

²⁶ Ibid

²⁷ Kanbur, R. (2001) 'The New Partnership for Africa's Development (NEPAD): An Initial Commentary', Southern African Regional Poverty Network, dezembro de 2001, p5

²⁸ 'Fulfilling Africa's Promise', Conferência do Milênio por K.Y. Amoako, Downing Street, Londres, 17 de dezembro de 2000

²⁹ Para obter mais informações, veja 'From Words to Deeds', Relatório No. 14, 19 de dezembro de 2001.

Referências

Africa Recovery, junho de 2001

Anderson, M. (1999) *Do No Harm: How Aid Can Support Peace – Or War*, Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers

John-Jean B. Bayra (1993) 'The New Political Conditionalities of Aid: an Independent View from Africa', *IDS Bulletin* 24

Bond, P. (2000) 'Thabo Mbeki and Nepad: Breaking or Shining the Chains of Global Apartheid', *The Review of African Political Economy*, agosto de 2000

Christian Aid (2001) 'The Scorched Earth: Oil and War in Sudan'

Christian Aid, Save the Children e Oxfam (2001) 'No End in Sight: The Human Tragedy of the Conflict in the Democratic Republic of Congo'

Comissão sobre Governança Global, *Our Global Neighbourhood, The Report of the Commission on Global Governance*, Oxford University Press, 1995.

- Davidson, B. (1992) *The Black Man's Burden: Africa and the Curse of the Nation-State*
- DfID (2000) 'White Paper on Globalisation', Londres: DFID
- Denny, C. (2000) 'The only way is up', *The Guardian*, 15 de junho de 2000
- De Waal, A. (1997) *Famine Crimes: Politics & the Disaster Relief Industry in Africa*, Indiana University Press: Bloomington & Indianapolis
- Dietrich, C. 'The Commercialisation of Military Deployment in Africa', Institute for Security Studies.
- Duffield, M. (2000) 'Globalisation, Transborder Trade, and War Economies', Capítulo 4 em Berdal, Mats e David Malone (eds.), *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*, Boulder and London: IDRC/Lynne Rienner.
- Global Witness (2001) 'Taylor-made: The Pivotal Role of Liberia's Forests in Regional Conflict'
- Hearn, J. (1998) 'The 'NGO-isation' of Kenyan Society: USAID & the Restructuring of Health Care', *Review of African Political Economy* 75:89-100
- Hochschild, A. (2000) *King Leopold's Ghost*, Papermac
- Ilfie, J. (2000) *Africans, The History of a Continent*, Cambridge University Press
- Kanbur, R. (2001) 'The New Partnership for Africa's Development (NEPAD): An Initial Commentary', Southern African Regional Poverty Network, novembro
- Landes, D. (1998) *The Wealth and Poverty of Nations*, USA: Abacus
- Macrae, J. (2001) *Aiding Recovery: the Crisis of Aid in Chronic Political Emergencies*, Londres e Nova York: Zed Books
- Naim, M. (2000) 'Washington Consensus or Washington Confusion?', *Foreign Policy*, Spring 2000, 86-103
- New Partnership for Africa's Development (NEPAD), outubro de 2001
- Oxfam America. *Extractive Sectors and the Poor*, outubro de 2001
- Petras, J. (1997) 'Imperialism and NGOs in Latin America', *Monthly Review*, dezembro de 1997
- PSIRU (2001) 'Cracking Down on Corrupt Companies: A Critical Analysis of the EC's Public Procurement Proposals', novembro
- PSIRU (1999) 'Privatisation, Multinationals and Corruption', julho
- Reader, J. (1998) *Africa: Biography of a Continent*, Londres: Penguin
- Robertson, G. (2000) *Crimes Against Humanity: the Struggle for Global Justice*, Londres: Penguin
- Robinson, M. (1993) 'Will Political Conditionality Work?' *IDS Bulletin*, 24(1)

Stiglitz, J. 'More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus', *1998 Annual Lecture* (Helsinki: WIDER, March 1998)

Stockton, N. 'In Defence of Humanitarianism', *Disasters*, 22(4)

Transparency International (2000) *Source Book*

Turner, M. e D. Hulme (1997) *Governance, Administration and Development: Making the State Work*, Londres: MacMillan

UK All Party Parliamentary Group on the Great Lakes and Genocide Prevention (2001) 'Report on Visit to DRC', Agosto

Comissão Econômica da ONU para a África, *Transforming Africa's Economies: Economic Report on Africa 2000*

UN (2001); Declaration of Commitment on HIV/AIDS', junho

UN (2001) 'Report of the Panel of Experts on the Illegal Exploitation of Natural Resources and Other Forms of Wealth of the Democratic Republic of the Congo', novembro

UNCTAD (2000) *Least Developed Countries Report*, (2000)

UNCTAD (2001) *World Investment Report*

UNDP (2000) *Human Development Reports*

UNDP (2001) *Human Development Reports*

UNOCHA (2000) *Global Humanitarian Assistance 2000* e website da OCHA

UNRISD (2000) 'Visible Hands: Taking Responsibility for Social Development'

Verschave, F-X (2000) *Noir Silence: Qui Arretera la Francafrique?* (Les Arenes 2000)

Watkins, K. (1997) *Economic Growth with Equity*, Oxford: Oxfam

World Bank (1998) *Assessing Aid: What Works, What Doesn't and Why*, OUP/World Bank

World Bank et al. (2000) *Can Africa Claim the 21st Century?*

World Bank (2001) *Global Economic Prospects and the Developing Countries 2002*

World Bank (1992) *Governance and Development*

© Oxfam GB 2002

Março de 2002

A Oxfam GB é membro da Oxfam Internacional

Instituição de caridade registrada sob o no. 202918

Este artigo foi escrito por Anneke Van Woudenberg. A Oxfam agradece a assistência de diversos funcionários da África na produção do texto. Ele faz parte de uma série de artigos escritos para informar o debate público sobre questões de desenvolvimento e políticas humanitárias. O texto poderá ser usado livremente para a finalidade de campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada integralmente.

Para obter mais informações sobre as questões de política relacionadas, por favor contate Anneke Van Woudenberg

(avwoudenberg@oxfam.org.uk)

www.oxfam.org.uk

Published by Oxfam International March 2002

Published by Oxfam GB for Oxfam International under ISBN 978-1-84814-205-3